



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005432-63.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Marlene dos Santos Bispo**
 Requerido: **Yb Cyber Cafe e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou que atua no ramo de vestuário, recebendo o pagamento de compras, dentre outras formas, através de boleto bancário.

Alegou ainda que suspendeu esse serviço em razão de seu custo, mas um de seus clientes já fizera o pagamento do boleto no importe de R\$ 44,00 perante a primeira ré, sendo o valor transferido à segunda ré (ambas atuam em parceria).

Almeja à condenação delas à restituição daquela quantia.

As rés em contestação não refutaram a existência de parceria entre ambas quanto à matéria trazida à colação, sendo incontroversa a ligação delas com os fatos noticiados.

Nesse contexto, o recebimento da importância em apreço foi reconhecido, tanto que destacaram que ocorreu a devolução dela à Caixa Econômica Federal.

Mesmo que se tenha esse fato por demonstrado (ressalvo que o documento indicado a fl. 19 não foi respaldado por outros dados de convicção), reputo que subsiste a responsabilidade das rés no episódio.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isso porque a sua participação no caso foi essencial, cristalizando o recebimento do pagamento que deveria ser encaminhado à autora, mas não foi.

É o que basta para o acolhimento da pretensão deduzida, sob pena de inconcebível enriquecimento em desfavor da autora consistente em não receber a mesma quantia a que indubitavelmente faz jus.

A circunstância do crédito porventura realizado junto à Caixa Econômica Federal não altera o panorama traçado porque em última análise a autora a final continuou sem ter acesso ao montante que lhe cabe.

Incumbirá às rés, portanto, diligenciar perante aquela instituição bancária a resolução da pendência havida entre elas, mas isso não poderá afetar a autora e muito menos impor-lhe tomar outras providências para receber o que lhe é de direito.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar as rés a pagarem à autora a quantia de R\$ 44,00, acrescida de correção monetária, a partir de outubro de 2013 (época em que o crédito deveria ter sido feito à autora), e juros de mora, contados da citação.

Caso as rés não efetuem o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 29 de julho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**